

Capa

Democratizar a democracia

RELATÓRIO TRIENAL DE ATIVIDADES

A Abong em 2003-2006

Sumário

Apresentação
Desafios do triênio

EIXO 1 - Mobilização da sociedade civil

Fórum Social Mundial

O FSM em três continentes
O processo FSM no Brasil

Parcerias internacionais

Mesa de Articulação da América Latina
Com a Plataforma Coordination SUD
Processo de Articulação e Diálogo
Com a sociedade civil, na XI Unctad

Mobilizações por um Brasil mais justo

Mutirão por um novo Brasil
Abong, Inter-redes e o PPA
Fórum Nacional de Participação Popular

EIXO 2 - Identidade e papel das ONGs

Lugar de ONG é ...
Marco Legal, ainda prioridade
ONGs e/em Movimentos
ONGs no Brasil

EIXO 3 - Controle social

A Abong em Conselhos
Ações pela Igualdade Racial
Políticas e lutas das mulheres
Pela reforma urbana
Assistência Social e Cidadania

Criança e adolescente: os 16 anos do ECA
Transparência e Combate à Corrupção
Rede de Tecnologia Social

EIXO 4 – Democratização da Esfera Pública

A reforma do Sistema Político no Brasil
A crise política e o posicionamento da Abong

EIXO 5 - Desenvolvimento institucional

Voz às ONGs
Comunicação política
Site e Boletins da Abong

Programa de Desenvolvimento Institucional
Oficinas
Regionais
Publicações
Atividades do Conselho Diretor da Abong
ONGs e empresas

Bem-vindas!

Novas associadas Abong no triênio 2003-2006

Conselho Diretor 2003-2006
Diretoria Executiva
Regionais Abong
Apoiadores(as)
Expediente

APRESENTAÇÃO

Brasil, América Latina e o mundo em busca de novos projetos

A convicção de que Outro Mundo é Possível, que anima as atividades da Abong, se confrontou nos últimos anos com um ambiente internacional de guerras e destruições, justificadas pelo combate ao terror, mas de fato movidas por interesses econômicos e de dominação. As políticas neoliberais concentraram muitas das causas do sofrimento humano e do desequilíbrio ambiental.

O planeta se viu ainda mais em perigo e com maiores zonas desérticas. Elas foram ampliadas pelas secas, inundações, mas também pelos conflitos, guerras, imigrações, a Aids. Apesar do enorme desenvolvimento científico e tecnológico, o número de pessoas subalimentadas cresceu à razão de quatro milhões por ano desde 2002, condenando ao fracasso o primeiro objetivo das metas do milênio: reduzir à metade, entre 1990 e 2015, a fome no mundo.

O que foi produzido nos países pobres foi sugado pelas dívidas externas e remuneração do capital financeiro global. Não se transformou em serviços, alimentos ou direitos básicos. O comércio global manteve pesos e medidas diferentes para a produção do Norte e dos países do Sul. O desemprego global aumentou.

Questionado de várias maneiras, esse modelo liberal recorreu a um descomunal uso da força. Até quando? A expansão militar imperial dos EUA tem tido grande impopularidade no mundo. Novos valores começaram a se impor, como aqueles expressos no Protocolo de Kyoto. Cresceram os movimentos internacionais de defesa dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais (Dhescas) para um novo projeto de sociedade, e de globalização, como no Fórum Social Mundial. Fracassaram acordos de interesse hegemônico, como a rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) ou da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

A América Latina tem 225 milhões de pessoas pobres, quase metade da sua população, carente em direitos como educação e saúde, e sacrificada por uma fortíssima concentração de renda. Mas o continente exibiu nos últimos anos maior desejo de independência ante o projeto histórico de hegemonia dos EUA.

Sua sociedade civil organizada resistiu à Alca e vários partidos de centro-esquerda ou esquerda chegaram ao poder com críticas ao modelo neoliberal, como nos casos do Brasil, Argentina, Uruguai, Panamá, Bolívia. Por outro lado, tem sido apontado o reduzido impacto das transformações democráticas ocorridas na região, no tocante às esperadas mudanças substantivas das condições de vida dos nossos povos. As profundas desigualdades sociais não se reduziram de forma significativa no Brasil e em outros países da região. Tornou-se maior, na América Latina, a importância da articulação entre organizações da sociedade civil para fortalecer sua atuação nesta nova conjuntura transformadora.

O Brasil foi causa de surpresas ingratas neste cenário, ao se frustrarem as expectativas de mudança construídas em mais de 20 anos de lutas dos movimentos sociais e de organização da sociedade civil brasileira. A crise política de disputa de poder baseada em denúncias de corrupção recolocou em último plano o debate de um projeto voltado para a redução das desigualdades e para a justiça social.

Foi nestes cenários brasileiro, latino-americano e mundial que a Abong cumpriu seu triênio 2003-2006. Seus compromissos com a democratização da democracia estiveram evidentes na sua atuação ampliada na esfera pública brasileira, na articulação com organizações e redes latino-americanas e na participação e esforços pelo fortalecimento do processo do Fórum Social Mundial.

No tocante à agenda política das ONGs, é preciso destacar que uma pauta estratégica de interesse das nossas associadas – compreendendo temas como o Marco Legal e a política de acesso a recursos públicos – ficou bloqueada no âmbito do Poder Executivo federal e foi colocada fora da pauta política do Congresso em consequência da crise política que se abriu em 2005.

Os processos de desenvolvimento institucional da Abong e de suas associadas foram marcados nesse triênio por ambigüidades e contradições. Por um lado, tanto no plano nacional como em diversos Regionais observou-se a consolidação da Abong como sujeito político, ao mesmo tempo em que ocorreu contraditoriamente um retrocesso no tocante à sustentabilidade financeira da Abong e de suas associadas.

Isso posto, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) apresenta seu Relatório Trienal de Atividades - A Abong no triênio 2003-2006. Este período corresponde à gestão iniciada em setembro de 2003, com a Assembléia Geral das Associadas. Naquele momento, foi promovida uma inovação na Diretoria Executiva da Abong: diante dos desafios de natureza política e do volume de responsabilidades e de demandas do novo período, fez-se necessário criar uma estrutura diretiva mais horizontal, que resultou na formação da atual direção executiva colegiada.

Dessa forma, o triênio se construiu orientado por cinco grandes eixos temáticos, definidos em Plano Trienal, a saber: Eixo 1: Fortalecimento e mobilização da sociedade civil; Eixo 2: Diálogo com a sociedade civil sobre a identidade e o projeto político das ONGs; Eixo 3: Controle social das Políticas Públicas; Eixo 4: Democratização da esfera pública; Eixo 5: Desenvolvimento Institucional.

É com base nesses cinco eixos e em seus objetivos gerais que este Relatório apresenta as atividades

e articulações da Abong e de seus Regionais no triênio 2003-2006. Como poderá ser visto, aos 15 anos de existência, a Abong e suas associadas ampliaram nos três últimos anos sua capacidade de articulação, trabalho e interlocução em favor de uma sociedade mais justa e igualitária. Atuaram em parceria com redes, plataformas de organizações e movimentos sociais, intervindo e reagindo, como já comentado, a conjunturas que exigiram enorme capacidade de resistência, mobilização e construção de alternativas pela sociedade civil brasileira e internacional.

Jorge Eduardo S. Durão
Diretor geral da Abong

EIXO 1 - Mobilização da Sociedade Civil

Objetivos gerais:

- *Construir uma pauta como base para a negociação de uma agenda comum visando à construção de um modelo de desenvolvimento sustentável;*
- *Ampliar e fortalecer alianças com redes e fóruns de ONGs no Brasil; Ampliar e fortalecer alianças com redes e fóruns de ONGs internacionais;*
- *Fortalecer os regionais da Abong como sujeitos políticos;*
- *Aprofundar o envolvimento da Abong no processo do Fórum Social Mundial como espaço de construção de alternativas ao neoliberalismo e a globalização excludente;*
- *Contribuir para a promoção da igualdade racial no país.*

Fórum Social Mundial

O FSM em três continentes

2007 é ano de encontro de movimentos e organizações da sociedade civil dos vários continentes em Nairóbi, Quênia, para a sétima edição do Fórum Social Mundial (FSM). Uma edição em Bamako, Mali, no ano de 2006, contribuiu para enraizar o FSM na África. Debates fundamentais sobre a unidade política do continente, a relação do planeta com a exploração das riquezas naturais do solo africano, a preservação e valorização de seus povos e culturas passaram a fazer parte do universo temático do FSM, com maior força.

As novas raízes na África são mais que um deslocamento do FSM para o continente. São resultados de um processo de mundialização, iniciado em janeiro de 2004, com o primeiro FSM realizado fora do Brasil, na cidade indiana de Mumbai, e que marcou, portanto, todo o triênio da Abong, como organização integrante do Conselho e do Secretariado Internacional do FSM, bem como do Comitê o Organizador Brasileiro.

Com esse processo, povos, culturas e temáticas do Oriente e da África passaram a compor e a influenciar uma agenda até então marcada pelas preocupações das sociedades civis ocidentais. Ampliou-se também a presença latino-americana e dos povos tradicionais do continente, mobilizados pela realização de duas edições do Fórum Social das Américas, uma no Equador (Quito, 2004) e outra na Venezuela (Caracas, 2006, conjunta com o FSM)

Nesses três anos, a Abong participou diretamente das jornadas mundiais do Fórum, em Mumbai, Porto Alegre, Caracas, Bamako, e Karachi, dos preparativos para Nairóbi 2007 e das primeiras

definições para 2008.

Do outro lado do mundo

O FSM 2004, em Mumbai, tornou mais clara a vontade vista no FSM 2003 de se combinar a resistência ao modelo de globalização neoliberal com a busca e a afirmação de alternativas. Participaram dezenas de milhares de ativistas de organizações e movimentos sociais de países asiáticos. Foram 80 mil participantes, representando 1.700 organizações, sendo que 60 mil eram da Índia e, destes(as), metade dalits (pessoas excluídas das castas que tradicionalmente hierarquizam a sociedade indiana). Outras centenas vieram do Japão, Coréia do Sul e, dezenas, da China, Filipinas, Tailândia

Viabilizar o Espaço Memória do FSM Porto Alegre, sobre as três edições anteriores realizadas no Brasil, foi uma das contribuições da Abong em Mumbai. Construir a mundialização do FSM, debatendo alternativas do ponto de vista das ONGs, foi outra.

Uma das iniciativas com redes parceiras de outros continentes, o seminário sobre “ O papel das ONGs no debate público e nas negociações internacionais: elementos para a definição de uma diplomacia não governamental” resultou em um compromisso de ação comum entre Abong (Brasil), Coordination SUD (França) e Voluntary Association Network of India (Vani/India). Com a Coordination SUD, a Abong realizou também o seminário que debateu alternativas de “Comércio Justo e Soberania Alimentar”.

De volta ao Brasil em 2005

O FSM como um processo, mais do que um evento, foi a idéia que orientou o encontro realizado em Porto Alegre, de 25 a 31 de janeiro de 2005. Cerca de 200 mil pessoas se mobilizaram para as atividades inteiramente autogestionadas, definidas ao fim de um processo de consultas e aglutinações iniciadas pela internet.

Novamente a Abong respondeu pela personalidade jurídica do Fórum e sua Secretaria, o que trouxe também co-responsabilidades por trabalhos administrativos, financeiros e organizacionais de um processo que resultou em um dos mais grandiosos encontros realizados no processo FSM, e com nova e ousada metodologia.

Pela primeira vez, participantes construíram toda a programação do FSM, o que foi feito por meio de consultas, inscrições e aglutinações de atividades distribuídas em 11 Espaços Temáticos. A Abong integrou os grupos aglutinadores e facilitadores que se formaram no processo.

O quinto Fórum inovou ainda em sua arquitetura, com a constituição do Território Fórum Social Mundial. Iniciativas de economia solidária, desenvolvedores(as) de software livre, tradução voluntária participaram da grande construção de 2005.

Além de toda a sua participação política e administrativa no V FSM, a Abong esteve diretamente empenhada na realização de três atividades: um Seminário, no âmbito da Mesa de Articulação de Redes e Associações Nacionais de ONGs da América Latina e Caribe; um Seminário e uma Mesa de Diálogo e Controvérsias, realizados pelo Eixo Internacional do convênio entre a Abong e Coordination SUD (Solidariedade, Urgência, Desenvolvimento), celebrado durante o III FSM, em 2003. Várias associadas da Abong também participaram da realização de outros debates e ações diversas, ocorridos por meio dos outros três eixos da parceria com Coordination SUD - Urbano, Rural e Economia Solidária.

Box

Ações e campanha de apoio ao FSM

Um esforço internacional para saldar o déficit do FSM, gerado em sua quinta edição, em Porto Alegre, foi conduzido pela Abong em 2005 e 2006. Problemas financeiros e institucionais resultaram da não confirmação dos recursos previamente assegurados por outras entidades, perdas cambiais nos recursos recebidos de agências internacionais e despesas de última hora para assegurar o espaço necessário à participação de cerca de 200 mil pessoas em Porto Alegre.

Diante do déficit, a Abong e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) abriram mão dos recursos que deveriam receber referente a despesas com a administração do V FSM. Todas as instâncias da Abong ajudaram a buscar recursos e várias agências de cooperação contribuíram. Também foi promovida uma Campanha, com o objetivo de mobilizar pessoas e organizações para buscar os necessários recursos e cobrir a dívida formada pelo V FSM.

Esse empenho da Abong possibilitou que a situação inicial deficitária no valor de R\$ 2.829.835, em 30 de junho de 2005, passasse para um déficit de pouco mais de R\$ 1 milhão, em dezembro de 2005. E chegasse a R\$ 474.012,00 em 30 de outubro de 2006.

Fim do Box

2006, policêntrico

Reunido em Barcelona, entre 20 e 22 junho de 2005, o Conselho Internacional (CI) confirmou as sedes para o FSM 2006 Policêntrico. Caracas, na América Latina, Bamako, na África, e Karachi, na Ásia, dariam lugar ao novo formato de evento mundial anunciado em janeiro, em Porto Alegre: um fórum espalhado pelos três continentes do Sul, com encontros próximos, antes de uma nova edição centralizada, em 2007, no Quênia.

O FSM 2006 policêntrico foi realizado em Bamako, no Mali, de 19 a 23 de janeiro; com 20 mil participantes e em Caracas, na Venezuela, de 24 a 29 de janeiro, com 70 mil. A Abong realizou atividades conjuntas nos dois encontros. Com a Plataforma Coordination SUD promoveu em Bamako o seminário “Diplomacia Não Governamental” e um Encontro das Federações Nacionais de ONGs da África. E na Venezuela organizou o seminário “Movimentos Sociais e ONGs: Desafios Compartilhados para superar a Desigualdade e Democratizar a Democracia”, como parte da Mesa de Articulação de Redes e Associações Nacionais de ONGs da América Latina e Caribe.

Por causa do terremoto de 5 de outubro de 2005 no Paquistão, que exigiu priorizar ações de ajuda humanitária, o capítulo de Karachi foi realizado depois dos demais, de 24 a 29 de março de 2006, com 30 mil participantes e cerca de 360 atividades autogestionadas.

A experiência policêntrica de 2006 foi fundamental para enraizar o processo na África, garantindo o evento centralizado de 2007 em Nairóbi, Quênia. O mesmo enraizamento ocorreu no Paquistão, com o Fórum de Karachi, abrindo novas perspectivas para a região asiática.

A caminho da África e de jornadas mundiais

Rumo ao VI FSM, de 20 a 25 de janeiro, em Nairóbi, capital do Quênia, continua vivo o debate sobre o papel do FSM no enfrentamento e na superação do modelo de globalização neoliberal. A Abong defende o Fórum Social Mundial como um espaço aberto e plural, um processo de muitas lutas sociais e que se desenvolve de forma permanente.

Duas formas de construir este processo estão no horizonte do FSM: a realização de uma sétima edição mundial, em Nairóbi, com uma programação definida com base em consultas sobre as lutas e campanhas que hoje mobilizam o universo de organizações e movimentos sociais participantes, e jornadas mundiais em 2008.

Organizações e movimentos participantes nos vários continentes formarão um grupo de trabalho para facilitar o chamado e a organização de uma jornada mundial de mobilizações no início de 2008. A Abong continua participando do Conselho Internacional do FSM, que definiu as linhas gerais do processo 2007, e das discussões que formatam propostas do Coletivo Brasileiro. Na reunião do

Conselho, realizada na cidade de Parma, na Itália, de 10 a 12 de outubro de 2006, ficou estabelecido que, depois de Nairóbi, o ano será dedicado a compartilhar energias, tempo e recursos para consolidar a riqueza e a diversidade do processo FSM.

Box
A Abong no FSA

Em julho de 2004, visitantes de mais de 50 países se reuniram em Quito, no Equador, onde discutiram alternativas para a construção de um novo continente, livre e soberano. Foi a primeira edição do Fórum Social das Américas. A segunda, foi conjunta com o FSM Policêntrico, em Caracas, Venezuela, ambas com a participação de muitas associadas.

Uma das atividades da Abong no Equador, em conjunto com a Aliança Amazônica e o Grupo de Trabalho Amazônico, foi o seminário “Conseqüências socioambientais do projeto de Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul (Iirsa)”. Cerca de 40 representações de oito países debateram essa iniciativa, que pretende desenvolver e integrar os setores de transportes, telecomunicações e energia de 12 países sul-americanos até 2010.

Fim do box

O processo FSM no Brasil

Fórum Social Nordestino

Entre 24 e 27 de novembro de 2004, os Regionais Nordeste 1, 2 e 3 somaram forças para realizar o I Fórum Social Nordestino (FSNE), em Recife (PE), que contou com a participação de 700 entidades dos nove Estados da Região e 8 mil pessoas. O Regional Nordeste 1 participou da Coordenação Colegiada.

O FSNE foi a primeira grande mobilização do Nordeste contra as políticas neoliberais, com mais de uma centena de oficinas e 40 seminários sobre as formas de resistência e também alternativas de desenvolvimento regional com justiça social.

Entre as questões que tiveram grande relevo, destacaram-se: a transposição do Rio São Francisco – com a indicação de realização de um plebiscito contra esta decisão; a luta pela terra, abordada principalmente por sem-terras, indígenas e quilombolas; a convivência com o semi-árido; avanços, retrocessos e desafios para a participação popular nas políticas públicas; articulação e atuação conjunta das diversas redes e movimentos sociais.

O Fórum de Abril

Realizado em Recife, de 20 a 23 de abril de 2006, e conhecido como Fórum de Abril, o II Fórum Social Brasileiro foi, ao mesmo tempo, a segunda edição de um processo nacional (o I FSB ocorreu em Belo Horizonte, em 2003) e um fórum temático internacional sobre “A experiência Brasileira” e os “Caminhos para um outro mundo possível”.

Este Fórum contou com mais de 300 atividades inscritas e com cerca de 9 mil pessoas credenciadas, além de mais 5 mil, que participaram de diferentes atividades e ações, promovidas por organizações e movimentos sociais de todo o Brasil e, também, de outros países. Considerado um dos momentos políticos mais importantes para as ONGs e os movimentos sociais brasileiros, o Fórum se constituiu

em uma oportunidade de reflexão sobre a crise política que veio à tona um ano antes, com as denúncias de corrupção envolvendo o governo Lula, as relações com o Congresso Nacional, as relações entre partidos e financiamento de campanhas.

A Abong teve participação ativa na organização do II FSB por meio do seu Regional NE 1 e várias associadas estiveram envolvidas na realização de diversas atividades e debates deste grande encontro. Junto com o Fórum Nacional de Participação Popular (FNPP), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a Inter-Redes – Direitos e Política e várias outras organizações e movimentos, a Abong esteve na organização de três seminários. Esses três debates, que se complementaram e nos quais foram apresentadas várias contribuições para a minuta de uma plataforma para reforma do sistema político brasileiro, tiveram como temas: “A re-configuração do campo democrático e popular e a busca de novas formas de se pensar e fazer política”; “Reforma política como ampliação da democracia e da participação”; “Participação e controle social: por onde navegamos?”

A Abong realizou ainda, em conjunto com Attac e Fundação Friedrich Ebert, com o apoio de Coordination SUD, CUT, Orit e da Secretária Geral da Presidência da República, o seminário “Financiamento para o Desenvolvimento”. A Abong também esteve com as Jornadas pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro e várias outras organizações e movimentos parceiros no seminário “O aborto na agenda democrática”. A Abong publicou, após o encontro, o Informe Abong Edição Especial II FSB.

Parcerias internacionais

Mesa de Articulação da América Latina e Caribe

Criada em novembro de 2000, durante o Fórum Internacional sobre Fortalecimento Institucional das ONGs do Sul (IFCB), a Mesa de Articulação de Redes e Associações Nacionais de ONGs da América Latina e Caribe teve intensa atividade no triênio 2003-2006 e se reuniu nas edições do Fórum Social Mundial e do Fórum Social das Américas em Porto Alegre, Quito e Caracas. Desde março de 2004, em reunião na Cidade do México, a Abong compõe a coordenação com a Asociación de ONGs Chilenas (Acción), a Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción (Alop), a Coordinación de ONG y Cooperativas (CongCoop) e com o Consejo de Educación de Adultos de América Latina (Ceaal). Em 2005, formou com Acción e Alop um comitê provisório para elaborar o plano de trabalho da Mesa.

Nas duas últimas edições do Fórum Social Mundial, dois seminários foram realizados: “Democracia na América Latina: Limites e Possibilidades de Mudanças” (2005, Porto Alegre) e “Movimentos Sociais e ONGs: Desafios Compartilhados para superar a Desigualdade e Democratizar a Democracia”, por meio de dois painéis: o caso Bolívia e o caso Brasil (2006, Caracas).

No cenário continental, de intensas lutas por mudanças, um encontro em São Paulo, em 2005, identificou grandes áreas de diálogo e atuação entre as redes e organizações de 14 países, que vêm se reunindo em torno da Mesa.

O seminário que teve apoio do convênio de cooperação entre Abong e Coordination SUD, com patrocínio da Fundação Ford, debateu conjuntura econômica, democracia, desenvolvimento e temas regionais da América Latina, sempre analisando a ação da sociedade civil.

Com toda a sua diversidade, a Mesa pode definir quatro eixos de articulação: (1) democracia e desenvolvimento, (2) integração regional, (3) defesa dos bens globais, (4) paradigmas ou referenciais políticos. As participantes decidiram reunir suas publicações, boletins e pesquisas em uma grande rede continental, para divulgar as atividades e preocupações comuns.

Com a Plataforma Coordination SUD

Em janeiro de 2003, por ocasião do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, a Abong e a Plataforma de ONGs francesa Coordination SUD assinaram um Convênio de cooperação de três anos, apoiado financeiramente pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da França, para reforçar as organizações da sociedade civil que trabalham com a temática dos problemas sociais e ambientais deste início de século.

Os coletivos reúnem cerca de 270 ONGs no Brasil e 120 na França e a cooperação entre eles se construiu em quatro eixos, cada um animado por duas organizações, uma de cada país. São eles: Eixo Urbano, Eixo Rural, Eixo Economia Solidária e Eixo Internacional.

Por meio das articulações promovidas pelo convênio, em 2004, uma nova parceria entre plataformas de ONGs foi estabelecida, com o coletivo indiano Vani (*Voluntary Action Network India*), que veio formar com a Abong e Coordination SUD o triângulo Brasil/Índia/França, promovendo seminários e oficinas conjuntas no Fórum Social de Mumbai (Índia, janeiro de 2004) e dando início a uma articulação internacional de plataformas/associações de ONGs.

No âmbito bilateral, atividades conjuntas prosseguiram ao longo de 2004 nos quatro eixos citados. Em junho, organizou juntamente com a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip) e outras organizações da sociedade civil, o Fórum da Sociedade Civil da XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (XI Unctad), que aconteceu em São Paulo. Paralelamente realizou, no âmbito do eixo rural do convênio, o seminário sobre desenvolvimento agrícola sustentável. Além disso, em setembro de 2004, após realização de seminário em Brasília sobre Financiamento ao Desenvolvimento, a Abong participou, na pessoa de seu diretor geral, do encontro de presidentes realizado no âmbito da 59ª Assembléia das Nações Unidas, em Nova Iorque. E em nome da Abong, Acción e Coordination SUD, exprimiu perante 59 chefes de Estados reunidos o apoio à iniciativa dos governos do Brasil, da França, do Chile e da Espanha de proporem a criação de novos mecanismos financeiros para o combate à fome e à pobreza, lançada naquela ocasião, e comunicou as posições e as preocupações das federações de ONGs do Brasil, do Chile e da França. A parceria Abong e Coordination SUD promoveu debates no FSM em 2005. Também foi por meio do convênio que a Abong participou do Ano Brasil na França, promovendo juntamente com a plataforma francesa, nos dias 12 e 13 de julho de 2005, no Conselho Econômico e Social de Paris, o Fórum franco-brasileiro da sociedade civil. O Fórum fez parte do eixo social da programação do Ano do Brasil na França e realizou debates sobre modelos de agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável, economia solidária e segurança alimentar, novos mecanismos de financiamento ao desenvolvimento e diplomacia não governamental, direito à cidade, entre outros. O encerramento do Fórum contou com a presença do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

Durante os três anos de convênio também foram realizadas missões de campo no Brasil e na França sobre diversas temáticas, as quais possibilitaram o intercâmbio entre organizações da sociedade civil francesa e brasileira, bem como discussões frutíferas relacionadas aos eixos do programa de cooperação e iniciativas concretas franco-brasileiras.

Em 2006, Abong e Coordination SUD renovaram o acordo de cooperação e promoveram com organizações da Europa, África e Ásia uma reunião sobre Taxação Internacional para o Desenvolvimento, um dia antes de participar da Conferência Ministerial de Paris sobre Financiamento do Desenvolvimento. Outras atividades também foram realizadas sobre este tema, dando continuidade à discussão e a incidência junto aos governos dos países propositores da iniciativa.

Processo de Articulação e Diálogo

Neste triênio, a Abong deu continuidade à sua parceria com o Processo de Articulação e Diálogo entre as Agências Ecumênicas Europeias e as Entidades Parceiras no Brasil (PAD), do qual é membro da Coordenação Executiva desde 1998. O PAD é uma rede formada por sete agências ecumênicas europeias de distintos países e por diversas entidades parceiras no Brasil, representantes de movimentos sociais, entidades ecumênicas e organizações não-governamentais (ONGs). Atualmente o PAD é composto por 165 organizações parceiras no Brasil, distribuídas e atuantes em Regionais, a saber: Regional Amazônia, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Regional

Sul.

Nesse período, o PAD centrou sua ação no eixo temático dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhescas). Com isso, um grande debate marcou esta parceria: foi o seminário “Direitos Humanos de Todas e de Todos”, realizado em novembro de 2003, durante o I Fórum Social Brasileiro. O encontro teve por objetivo contextualizar e promover um amplo debate acerca dos direitos humanos e sua articulação com desenvolvimento e democracia, apontando estratégias para a construção de uma agenda comum de ação. Um dos resultados das discussões foi a publicação Abong-PAD, de mesmo nome do seminário.

Com a sociedade civil, na XI Unctad

Em junho de 2004, representantes de vários países estiveram em São Paulo para a XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (XI Unctad). O propósito foi debater as estratégias de desenvolvimento nacional sob os impactos da globalização da economia. Dois dias antes da Conferência, de 11 a 18 de junho, teve início o Fórum da Sociedade Civil (FSC), organizado pela Abong e pela Rede Brasileira de Integração dos Povos (Rebrip), a pedido da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento.

O Fórum foi responsável pela elaboração da Declaração da Sociedade Civil entregue, na abertura da Unctad, ao então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, com críticas às políticas neoliberais na área de comércio e cobrando, entre outras coisas, o controle das transnacionais e a proteção a setores estratégicos para as sociedades, como a agricultura familiar e a soberania alimentar. O documento defendeu o papel da Unctad, única agência da ONU a articular comércio e desenvolvimento.

Mobilizações por um Brasil mais justo

Mutirão por um novo Brasil

A Abong e várias associadas participaram ativamente do processo que culminou com a nacional “Assembléia Popular: Mutirão por um novo Brasil”, ocorrida em Brasília entre 25 e 28 de outubro de 2005. A Assembléia Popular nasceu no final de 2004, por meio de encontros de movimentos sociais realizados em Brasília, com os temas da auditoria da dívida, da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e das alternativas para o país e consolidou-se, em 2005, com a opção dos movimentos sociais por uma articulação unificada em torno do tema “O Brasil que queremos”.

A ação ocorrida em outubro de 2005 foi organizada pela Semana Social Brasileira e Jubileu Sul, com o objetivo de apontar os possíveis caminhos para um Brasil mais justo e a serviço do bem comum da população e contou com mais de 40 movimentos sociais, entidades da sua Coordenação Geral e mais de seis mil participantes. Foi significativa a presença de organizações indígenas, quilombolas, de povos ribeirinhos, camponeses, de representações dos movimentos negro e de mulheres.

Com base nos debates da Assembléia foi feita a sistematização de propostas construídas por todo país, em diferentes redes, encontros, Semanas Sociais e Assembléias Populares Estaduais e lançados documentos com visões estratégicas, compromissos e agendas comuns e uma Carta ao Povo Brasileiro, com reflexões e propostas para o Brasil.

Inter-redes

A Inter-Redes – Direitos e Política é um espaço de articulação de dezenas de redes e fóruns de organizações da sociedade civil brasileira – entre elas a Abong. Seus objetivos são o fortalecimento da esfera pública, a promoção de direitos e a proposição de políticas, além de buscar aprofundar a luta democrática por uma sociedade menos desigual, mais justa e solidária.

Foi com essa perspectiva que a Abong e a Inter-Redes aceitaram, em 2003, o convite do governo federal para coordenar a participação da sociedade civil na construção do Plano Plurianual (PPA 2004-2007). Este processo envolveu mais de 2.200 organizações, movimentos sociais, sindicatos e igrejas, em todos os Estados e no Distrito Federal, e culminou com a entrega das propostas da

sociedade civil, em agosto de 2003, com diretrizes para um novo modelo de desenvolvimento. Um ano depois, após o governo não ter cumprido com os acordos firmados durante o processo de consulta, Abong e Inter-Redes anunciaram seu afastamento do processo PPA. Em outubro daquele ano, a possibilidade de retomar o diálogo foi discutida em audiência com a Secretaria-Geral da Presidência da República. O assunto foi tratado, em novembro, durante o seminário realizado pela Inter-Redes, "O desenvolvimento que temos. O desenvolvimento que queremos", que resultou em uma plataforma de negociação com os pontos essenciais a serem observados em uma eventual retomada do processo participativo. Em novembro e dezembro de 2004, um grupo de referência, formado algumas redes da Inter-Redes retomou o diálogo com a Secretaria Geral e com o Ministério do Planejamento sobre o restabelecimento do processo de participação popular no ciclo orçamentário.

Em 2005 e 2006, a Inter-Redes continuou a marcar sua presença em grandes debates e encontros, como em Recife, no seminário "Novas estratégias para ampliar a democracia e a participação", no II Fórum Social Brasileiro e nos encontros que estão construindo a "Plataforma dos movimentos sociais para a reforma do sistema político no Brasil", em andamento.

Fórum Nacional de Participação Popular

A Abong e o Fórum Nacional de Participação Popular (FNPP) integram a Inter-Redes e desenvolvem agendas políticas comuns. O FNPP é formado por ONGs, redes, fóruns, movimentos sociais e pessoas que atuam na esfera pública (inclusive legislativa ou governamental, mas sem direito a voto) e que se articulam para promover o intercâmbio entre as experiências de participação na gestão pública, controle social de políticas e o debate sobre os grandes desafios que envolvem a democratização do exercício do poder público nas suas diversas instâncias.

O Fórum propõe, entre outros, a mobilização por um novo modelo de desenvolvimento que não separe o econômico do social, além de propostas para políticas públicas democráticas. Promove oficinas e seminários e uma grande plenária anual, com a participação de todas as associadas, para definição do seu plano de ação. Uma prioridade do Fórum para 2006 e 2007, consensuada no seminário nacional "Novas estratégias para ampliar a democracia e a participação" – ocorrido no final de 2005 e que deu base aos três seminários realizados no II FSB – foi a mobilização em torno das propostas que estão construindo a "Plataforma dos movimentos sociais para a reforma do sistema político no Brasil", processo do qual a Abong participa ativamente. Nesse sentido, foi lançada a cartilha "Reforma Política – Construindo a plataforma dos movimentos sociais para a Reforma do Sistema Política no Brasil", comentada no Eixo 4 deste relatório.

EIXO 2 – Identidade e papel político das ONGs

Objetivos gerais:

- *Contribuir para o aumento da visibilidade e legitimidade das ONGs na sociedade brasileira, como organizações de interesse público;*
- *Definir um projeto de Marco Legal e política de acesso a fundos públicos consensual entre as associadas e contribuir para a sua implementação.*

LUGAR DE ONG É ...

Este foi o título de um editorial da Abong em 2004, identificando o amplo e diversificado papel que as ONGs desempenham, podendo estar no mesmo dia e momento participando da organização da

festiva Parada do Orgulho Gay, cobrando posições na XI Unctad ou acompanhando debates no Congresso Nacional.

O papel político das ONGs e sua identidade, bem como a regulamentação e formas de controle social, integraram ou orientaram as várias atividades voltadas ao desenvolvimento institucional das ONGs e foram pautados na sociedade por meio de seminários, publicações e ações no Congresso.

Marco legal, ainda uma prioridade

A Abong e suas associadas querem avançar em uma legislação que regule claramente as relações entre o Estado e as organizações da sociedade civil, nas políticas, ações e acesso aos recursos públicos. Tudo deve ser transparente, democrático e sob controle social, uma orientação diferente da visão burocrática que prevalece em diversos projetos de lei sobre as ONGs no Congresso Nacional.

O contraste entre propostas vindas das organizações e projetos elaborados sem ouvi-las (a exemplo do PL 7/2003, que propõe controlar as ONGs por meio de um cadastro nacional) começou a ficar mais claro, para a sociedade brasileira e seus(suas) parlamentares, com os debates nos Regionais sobre a legislação e o papel das ONGs que resultaram, em maio de 2005, no seminário “Marco Legal em debate no Congresso Nacional”, ocorrido na Câmara dos Deputados (Brasília/DF).

O seminário foi realizado pela Abong, em articulação com outras redes, fóruns e organizações da sociedade civil: Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Fboms), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA), Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e Instituto Socioambiental (ISA).

O encontro foi precedido de esforços junto ao Legislativo por mais atenção aos projetos de lei em tramitação. A Abong distribuiu a 594 parlamentares e 300 participantes a publicação “ONGs no Brasil: perguntas e respostas”, especialmente elaborada para o seminário.

Esse amplo processo foi impactado, como poderá ser visto no Eixo 4, pela crise política brasileira que retirou as condições conjunturais para dar prosseguimento ao debate no Congresso. Avançar na legislação sem dissociá-la do debate sobre o projeto político e o papel das ONGs na sociedade brasileira continua sendo prioridade de Abong.

ONGs e/m Movimentos

Duas iniciativas em 2005 garantiram a ampliação do debate que a Abong e suas associadas vêm provocando e fazendo na sociedade sobre o papel e o sentido político das ONGs.

Em parceria com o Regional São Paulo, o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Abong realizou, em junho, o seminário “ONGs E(m) Movimentos Sociais”, com duas importantes mesas de debates. A primeira, se ocupou da história e perspectivas da intervenção das ONGs e movimentos sociais nos espaços públicos, com a participação de representações da PUC/SP, do Instituto Paulo Freire e da Central de Movimentos Populares (CPM). A segunda mesa debateu a diversidade de experiências de articulação entre ONGs e movimentos sociais e contou com relatos do Pró-Fórum Estadual de Movimentos e Organizações Juvenis de São Paulo, do Movimento Hip Hop - Organização Zulu Nation Brazil, da Marcha Mundial de Mulheres e da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo. Atividades como estas foram realizadas nos diversos regionais da Abong durante o triênio

A sistematização das reflexões sobre a identidade e o papel das organizações da sociedade civil brasileiras, feitas durante os debates realizados em todos os programas da Abong pelo PDI, foi a referência da edição Cadernos Abong 33, especial sobre o tema “ONGs: um debate sobre a identidade política das associadas à Abong”, de autoria de Rosângela Paz e lançado após o seminário.

A publicação contribuiu para novos debates em reuniões da Abong, de seus Regionais e associadas. E fortaleceu a percepção de que, para avançar na afirmação de sua identidade, é importante amadurecer os mecanismos de transparência e de contrato social das ONGs e adotar estratégias de comunicação e de visibilidade para seus trabalhos, projetos, idéias e propostas.

ONGs no Brasil

A mais recente edição da publicação “ONGs do Brasil - Perfil das Associadas à Abong” foi lançada em 2006, atualizando um trabalho que a Associação vem fazendo desde 1998. Traz informações sobre quem são e o que fazem as associadas, com base na pesquisa coordenada pelo PDI sobre identidade, práticas, recursos, comunicação e relacionamento institucional das organizações.

Mais que um mapeamento, valioso para a compreensão do alcance dessa presença dinâmica de atores sociais pelo Brasil, o Perfil mostra que as associadas compartilham valores, princípios e ações na direção de um projeto político de transformação radical da sociedade, que elimine as desigualdades, opressões e injustiças que marcam a história brasileira.

A edição de 2006 mostra que cresceu o número de associadas que consideram as dimensões raciais e relativas à orientação afetivo-sexual como elementos centrais de seus projetos, ações e parcerias. Isto significa, entre outras coisas, uma maior abertura política das mesmas para incorporar em seus objetivos e estratégias as pautas dos movimentos negro e GLTBs (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), lutas por igualdade e equidade de gênero, bem como a filiação de ONGs destes campos à Abong.

A ação das associadas demonstra sua convicção de que os processos educativos, a organização política e a participação popular são os caminhos, por excelência, para a construção de uma sociedade civil ativa e vigorosa. As tabelas com todos os dados da pesquisa foram disponibilizadas também no site da Abong, para que o público interessado possa ter acesso às informações.

EIXO 3 –Controle social

Objetivos gerais:

- *Influenciar no desenho e monitoramento da implementação das políticas públicas tendo como perspectiva a universalização dos direitos.*
- *Continuar o processo de intervenção no PPA, priorizando os mecanismos de monitoramento e avaliação.*

A Abong em Conselhos

Os dados da pesquisa das associadas à Abong de 2004 indica um aumento da participação das ONGs em redes temáticas e de atuação em Conselhos de políticas públicas. Essa atuação foi tema relevante naquele ano, com a realização de uma oficina nacional com todos(as) os(as) representantes da Abong atuantes em Conselhos Nacionais.

No ano seguinte, tiveram início debates nos Regionais sobre a consolidação e o aprofundamento da democracia participativa, a articulação política dos espaços públicos de participação e a representatividade dos(as) representantes da Abong. Os encontros aconteceram nos Regionais Amazônia, Nordeste 1, São Paulo, Sudeste e Sul e mobilizaram várias representações.

A proposta teve o sentido de ajudar a construir uma percepção de como a Abong e suas associadas têm feito controle social das políticas públicas, e o resultado foi a construção coletiva de uma

proposta de plataforma política de intervenção nos espaços públicos.

Ações pela Igualdade Racial

Uma das prioridades definidas na Assembléia Geral de setembro de 2003 foi ampliar, no triênio, a atuação das associadas da Abong pela redução das desigualdades raciais e superar a segmentação da luta contra o racismo no Brasil. Esse objetivo foi perseguido por meio de um olhar atento às formas de expressão do racismo e intolerâncias na sociedade brasileira, participação em iniciativas e debates voltados à superação das desigualdades e de compromisso ativo com as mobilizações e campanhas por mudanças afirmativas da igualdade racial. A Abong priorizou também a atuação como membro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), vinculado à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

Cotas para afirmar a igualdade

O ano de 2006 termina com dois importantes Projetos de Lei no Congresso, voltados a contribuir para que a sociedade brasileira supere mais rapidamente as desigualdades de oportunidades que existem entre brancos e não brancos no País: o Projeto de Lei de Cotas (PL 73/1999, para universidades) e do Estatuto da Igualdade Racial (3.198/2000, para o serviço público). Ambos provocaram a reação de setores que se opõem a políticas afirmativas dessa natureza, mas com as pressões da sociedade em defesa dos projetos, a manifestação contrária perdeu força.

A Abong se posicionou a favor da aprovação das duas leis, tanto em ocasiões de debates diversos quanto em sua comunicação institucional, com grande adesão no universo de suas associadas ao Manifesto em favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial – que circulou na sociedade brasileira e foi enviado a parlamentares do Congresso Nacional –, destacado no site da Associação.

A Abong defende que a dívida histórica da sociedade e do Estado brasileiros com as populações negras e indígenas deve ser saldada com apoio de mecanismos sociais e políticos, a exemplo da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial

A Abong na 1ª Conapir

O movimento negro não está mais sozinho em sua luta contra o racismo e a desigualdade racial no Brasil. Uma das evidências de que outros setores da sociedade estão mais conscientes de que é preciso avançar nesse árduo enfrentamento foi a participação e os temas levados à 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Estado e sociedade promovendo a igualdade racial (1ª Conapir). O encontro foi promovido entre 30 de junho a 2 de julho de 2005, em Brasília, pela Seppir e o CNPIR, com o objetivo de traçar propostas para o Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

A Abong ajudou a construir e a divulgar todo processo da Conferência, que contou com a participação de várias associadas. Questões raciais e étnicas da enorme parcela da população brasileira formada por pessoas negras, mas também indígenas, ciganas, palestinas e judias mobilizaram 1.136 delegados(as) nomeados(as) pelas conferências estaduais e 365 autoridades e representantes de entidades nacionais e internacionais convidadas

Para contribuir com subsídios ao debate, a Abong publicou e distribuiu na Conferência o Cadernos Abong nº 32 - “A Abong na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial”, com artigos de especialistas na temática da discriminação racial. Depois do encontro, produziu a Edição Especial 1ª Conapir do Informe Abong.

Esse processo colocou em discussão, de várias formas, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, instituída pelo Decreto 4.886, de 20 de novembro de 2003, para promover a “redução das desigualdades raciais” prevista no Plano Plurianual (PPA) 2004- 2007 do governo federal.

A conferência deu visibilidade a um movimento crescente e à justiça e urgência das suas

reclamações, mas com muitas propostas ainda por amadurecer na sociedade – muitas contraditórias entre si – para que se transformem em políticas governamentais.

Marcha Zumbi + 10, com o movimento negro

Em 16 de novembro de 2005, em plena quarta-feira, Brasília viu chegar cerca de 8 mil pessoas de mais de 15 Estados do Brasil para a Marcha Zumbi + 10 - Contra o Racismo e pelo Direito à Vida. O movimento negro brasileiro liderou a mobilização para falar da desigualdade causada pelas precárias condições de saúde e moradia, violência policial, exclusão do mercado de trabalho e do acesso à terra, à universidade, à educação.

Quase 200 organizações, movimentos e redes participantes da Marcha Zumbi+10 assinaram documento entregue a ministros(as) e parlamentares, com um balanço de dez anos de políticas públicas para a população negra e com propostas de políticas afirmativas. A Abong e associadas se somaram à jornada, entendendo também que a igualdade racial não será promovida sem um combate simultâneo e sistemático ao racismo que corrói a sociedade brasileira.

Diálogos contra o racismo, 5 anos

A iniciativa Diálogos Contra o Racismo surgiu na época da preparação da Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban (África do Sul, 2001), quando organizações brasileiras perceberam a necessidade de romper o silêncio no Brasil. Atualmente, a Abong participa da coordenação dos Diálogos com várias associadas e parceiras. Em agosto de 2006, participou, no Rio de Janeiro, da V Reunião dos Diálogos, que avaliou seus resultados. Ao longo dos últimos cinco anos, a iniciativa foi conquistando adesões no movimento social brasileiro, especialmente na campanha “Onde você guarda seu racismo?”, criada para enfrentar o fenômeno brasileiro do “racismo sem racistas”.

Políticas e lutas das mulheres

O direito de viver sem violência e o direito de decidir sobre o próprio corpo estão entre as mais antigas lutas das mulheres brasileiras para modificar valores e leis mantidos por uma sociedade patriarcal e conservadora. Apoiar as mobilizações e iniciativas dos movimentos feministas e de mulheres por igualdade e equidade foi prioridade da Abong no triênio, com destaque para essas duas lutas históricas.

Em várias oportunidades, a Associação reafirmou esse compromisso, com ações próprias, apoio às associadas e posições públicas em defesa do Direito ao Aborto Legal e Seguro e pela erradicação da violência doméstica contra as mulheres.

A Abong na Conferência

Em formato de revista, uma contribuição da Abong para a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (1ª CNPM) foi preparada com artigos e subsídios de lideranças de ONGs e militantes dos movimentos feministas, de mulheres negras, indígenas e de direitos humanos, levando às(aos) participantes suas análises e posições. O resultado foi a publicação intitulada “A Abong na 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres”.

O encontro, organizado por mulheres de todo país reuniu, cerca de 2 mil delegadas em Brasília, entre 15 a 17 de julho de 2004, e foi resultado de um processo de consulta que transformou quase 4 mil propostas em 197 diretrizes e cinco eixos e um conjunto de contribuições para o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A Abong também publicou, após a 1ª CNPM, o Informe Abong Edição

Aborto legal e sem fundamentalismos

O que separa a mulher do direito de ser assistida em caso de gravidez indesejada é uma legislação fundamentalista, que nega essa realidade e criminaliza a opção pelo aborto. Uma decisão da Abong no final de 2003 foi assumir posição clara em defesa do Direito ao Aborto Legal e Seguro e conchamar a sociedade brasileira a enfrentar este assunto sem tabus.

Essa disposição foi anunciada em editoriais e boletins da Associação, com chamado à sociedade brasileira para que enfrente a questão da descriminalização do aborto. Em 2005, houve o que comemorar. Nas Jornadas pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro daquele ano, uma comissão tripartite entregou o Anteprojeto de Lei de Revisão da Legislação Punitiva sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez ao presidente da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara Federal.

Até chegar ao anteprojeto, a mobilização no Brasil foi intensa e passou por um trabalhoso processo de preparação e realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em julho de 2004. As preocupações das mulheres sobre a realidade do aborto no Brasil foram debatidas antes, nas conferências estaduais, e suas formulações reunidas e debatidas na conferência nacional. Como resultado, pela primeira vez na história política brasileira, o governo federal pautou a descriminalização do aborto, que resultou no Projeto de Lei 1135. Mas não sem enorme oposição.

A reação conservadora ao processo da Comissão Tripartite e ao PL 1135 resultou que este permanecesse parado Congresso. No processo eleitoral de 2006, a Abong voltou a se pronunciar publicamente contra a influência de pressões fundamentalistas em relação ao direito ao aborto legal e seguro e a lembrar à sociedade e aos partidos que não cabe às igrejas decidir pela vida das mulheres.

Apoio à Lei Maria da Penha

A luta pela aprovação de uma lei que coíba a violência contra as mulheres e determine punições para os agressores foi longa. A Abong e suas associadas participaram dela. Em 2004, ajudaram a mobilizar apoios ao Projeto de Lei 4.559/2004 (hoje, Lei Maria da Penha). O tema foi tratado nos editoriais da Abong.

A Lei foi sancionada em agosto de 2006, pelo presidente Lula, e seu nome é uma homenagem à mulher que se tornou símbolo da luta contra a violência familiar e doméstica. Maria da Penha sofreu duas tentativas de homicídio por parte do ex-marido. A punição do agressor que a deixou paraplégica só veio 19 anos e 6 meses depois. Além de criar mecanismos necessários à punição, a lei traz um avanço ao considerar que a sua aplicação independe da orientação sexual das pessoas envolvidas.

Pela reforma urbana

Com o encontro de mais de 2.500 delegados(as) em Brasília, no final de 2005, a II Conferência Nacional das Cidades deliberou sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e consolidou o processo de participação popular que aponta para a construção do Sistema Nacional de Cidades, articulando as políticas de habitação, de saneamento ambiental, de mobilidade urbana e de planejamento territorial, já aprovadas ou em debate no Conselho Nacional de Cidades (ConCidades) e no Congresso Nacional. A II Conferência Nacional foi precedida por Conferências municipais, regionais e estaduais em todo o território brasileiro.

O Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) e a Abong estabeleceram um processo de articulação

desde o início de 2005 que culminou com uma participação marcante na Conferência e na eleição do Conselho, com quatro entidades titulares e quatro suplentes ligadas ao FNRU, seis delas filiadas à Abong. A eleição consolidou uma equipe com representatividade regional equilibrada e atendeu também às questões de gênero, raça e de pessoas portadoras de deficiência e de necessidades especiais.

Na primeira reunião do novo ConCidades, em junho de 2006, associadas da Abong e o FNRU se organizaram para defender a aprovação de leis relacionadas ao Sistema Nacional das Cidades, acompanhar o orçamento para o desenvolvimento urbano para 2007 e reafirmar o ConCidades como espaço democrático e legítimo para continuar definindo as políticas públicas e como instrumento de controle social.

Por moradia digna

O Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS e FNHIS) são instrumentos fundamentais da Política Nacional de Habitação e frutos de uma luta de muitos anos do movimento popular. Nasceram de um projeto de lei de iniciativa popular que obteve mais de um milhão de assinaturas em 1991, mas que só foi aprovado 13 anos depois.

Em 6 de junho de 2006, a Lei 11.124/05 foi regulamentada, com a criação de um Conselho Gestor do FNHIS, para orientar a alocação dos recursos, concessão de benefícios e estabelecer metas do Fundo. A composição do Conselho é de 12 representantes do governo e 12 da sociedade civil, sendo um deles de ONG. Por decisão do ConCidades, coube à Abong indicar o conselheiro titular e o suplente para participar do Conselho Gestor do Fundo. Este Conselho deve zelar pela efetiva implantação de uma política de acesso da população de baixa renda à moradia digna.

Assistência Social e Cidadania

Construir uma política pública de assistência social interligada com outras políticas sociais, como instrumento de defesa da cidadania, e fortalecer o papel do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e dos conselhos regionais foi um compromisso da Abong durante o triênio, como uma das coordenadoras do Fórum Nacional de Assistência Social. A Associação participou ativamente desse processo, tomando posições públicas. Da mesma forma, contribuiu com subsídios, reunidos em sua publicação especial, “A Abong nas Conferências 2005 Criança e Adolescente – Assistência Social”, uma colaboração às duas Conferências, ocorridas no mesmo mês.

As Conferências de Assistência Social debateram a implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) em todo país e a importância de regulamentar o artigo 3º da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), conforme o texto aprovado pelo CNAS em 2005.

Um grande avanço da Loas foi o de incorporar a dimensão de promoção na assistência social. O Art. 3º explicita que “Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos”. O texto do CNAS incorpora na política de Assistência Social a dimensão da cidadania e da promoção dos direitos e também oferece as bases para a concessão, renovação e cancelamento do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas).

Uma minuta de decreto do governo sobre a concessão do Cebas levou a Abong a manifestar-se, por meio de nota pública, contra um possível retrocesso no entendimento do que seja a política pública de assistência social, reduzindo as organizações e entidades de assistência a meras prestadoras de serviços e não como integrantes de um sistema de construção de uma política pública que tem como objetivo principal a garantia de direitos, de todos os direitos e para todos e todas.

Criança e adolescente: os 16 anos do ECA

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), crianças e adolescentes passaram a ser sujeitos de direitos e pessoas em condições especiais de desenvolvimento. Mas aos 16 anos do Estatuto, o orçamento do Brasil ainda não reflete a criança e o(a) adolescente como prioridades. Isto foi apontado pela Abong, na condição tanto de vice-presidente (biênio 2003-2004) quanto de presidente (2005-2006), do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) em várias oportunidades. Este também foi tema de debate na V Conferência Nacional da Criança e do Adolescente, organizada em dezembro de 2005, em Brasília, pelo Conanda e pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH).

A necessidade de priorizar a criança e o adolescente também foi motivo de várias emendas ao orçamento em 2006, para programas e ações de combate ao abuso e à exploração sexual, educação infantil, medidas socioeducativas e erradicação do trabalho infantil. A Associação contribuiu com este processo por meio da sua publicação “A Abong nas Conferências 2005 Criança e Adolescente – Assistência Social”.

Sinase, uma esperança

Em julho de 2006, nasceu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), destinado a modificar os critérios de atendimento a adolescentes que praticam atos infracionais. Será necessário combinar medidas em meio aberto (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) com a completa superação do padrão arquitetônico das atuais unidades de privação da liberdade (internação), inadequadas ao desenvolvimento de uma proposta pedagógica fundada no ECA. A presidência da República instituiu, na Secretaria Especial de Direitos Humanos, uma Comissão Intersetorial de Acompanhamento do Sinase, com a participação do Conanda, do CNAS e de 12 Ministérios e Secretarias Especiais. Esta Comissão é de fundamental importância para que o governo federal trate do orçamento público federal e da articulação das políticas públicas específicas e para que haja integração na ação das medidas socioeducativas.

Transparência e Combate à Corrupção

O funcionamento dos Poderes Públicos, a implementação de políticas e a realização de despesas deve ser transparente. Qualquer pessoa tem o direito de saber em que os recursos do Orçamento estão sendo gastos. Esta foi uma das razões para se criar o Conselho de Transparência e Combate à Corrupção, no qual a Abong está representada. O Conselho reúne a Controladoria Geral da União, organizações da sociedade civil e do Poder Público e, mesmo em meio à turbulência causada pelas denúncias de corrupção no Brasil, conseguiu avançar na regulamentação da implantação das páginas de transparência pública nos Ministérios.

A idéia é permitir que o público tenha acesso a informações sobre projetos, despesas, transferências de recursos, processos de licitações e convênios. Cada Ministério e/ou órgão da administração direta e indireta do governo federal deve exibir um link denominado de Transparência Pública. A maioria dos ministérios já está disponibilizando esse acesso.

Rede de Tecnologia Social

A tecnologia é uma construção social. Sua aplicação não é neutra e está sempre a serviço de uma visão de desenvolvimento. Esta é a compreensão da Rede de Tecnologia Social (RTS), criada em abril de 2005, para garantir que as comunidades se apropriem da pesquisa e desenvolvimento tecnológicos de seu interesse. A proposta é democratizar a aplicação das novas Tecnologias Sociais. A Abong é uma das 13 organizações coordenadoras da RTS, que apóia projetos nas várias regiões brasileiras.

Além das reuniões mensais do Comitê Organizador, de oficinas e visitas regionais aos projetos apoiados pela Rede, a Abong participa da organização do 1º Fórum Nacional da RTS, programado para dezembro de 2006. Alguns encontros nacionais contribuíram com temas, que serão amadurecidos nesse Fórum. Uma oficina regional, no final de abril de 2006, foi coordenada pela Abong e pelo Grupo de Trabalho Amazônia (GTA), com 36 organizações que debateram o conceito de tecnologia social, a estrutura e o funcionamento da Rede, já como preparação ao encontro nacional. Em maio, 84 organizações do semi-árido participaram de debate semelhante. Em junho, no Rio de Janeiro, iniciou-se a elaboração de um Sistema de Monitoramento e Avaliação da RTS. Mais de 20 associadas à Abong participam desta Rede.

EIXO 4 – Democratização da Esfera Pública

Objetivos gerais:

- *Intervir na reforma política para ampliar e consolidar os mecanismos de democracia participativa e deliberativa;*
- *Influenciar a arquitetura da participação associada a um novo modelo de Estado;*
- *Contribuir para a ampliação do acesso as informações públicas;*
- *Intervir na Reforma do Judiciário para garantir sua democratização com controle social.*

A reforma do Sistema Político no Brasil

Desde 2004, a Abong vem defendendo uma Reforma Política abrangente, que garanta mecanismos de controle social, participação cidadã e outras formas não institucionais de exercício político, autônomas e independentes. Em 2005, teve início a construção de uma plataforma dos movimentos sociais brasileiros para uma reforma do sistema político.

A Abong e associadas, fóruns como FNPP, organizações, movimentos, redes e articulações que ajudam a construir a plataforma entendem que “a política não é monopólio exclusivo de políticos(as) eleitos(as) e nem dos partidos, mas do conjunto da sociedade. Seguindo este princípio, as mudanças propostas, além de aperfeiçoar a democracia representativa, precisam conjugá-la com os instrumentos de participação direta.” .

Seminário Estratégias para a Democracia

Entre agosto e novembro de 2005, nada menos que nove seminários estaduais e regionais (Acre - Amapá - Maranhão - Pará - Tocantins, Ceará, Goiás, Nordeste, Paraíba, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Roraima, São Paulo) foram realizados em preparação ao seminário nacional “Novas Estratégias para ampliar a democracia e a participação”, realizado em novembro, em Recife.

Organizado pela Abong em conjunto com o FNPP, a AMB, o PAD, entre várias outras parceiras, o encontro reuniu mais de 60 pessoas de diversas organizações, redes e fóruns, representando 18 Estados da Federação.

O seminário foi estruturado com base em três eixos de debate: os sentidos da participação; avaliação crítica dos instrumentos e mecanismos de participação; e formulação de novas estratégias para ampliar a democracia e a participação. Um dos encaminhamentos do seminário nacional foi a articulação de uma agenda comum para 2006 e 2007, dividida em três momentos: construção da minuta da “Plataforma da reforma do sistema político” e realização dos três seminários no II FSB; realização de debates, entre junho e outubro de 2006, nos diferentes grupos, redes, fóruns, movimentos, organizações e articulações da minuta da plataforma e intervenção no processo

eleitoral; consensuar proposta de reforma do sistema político em novembro de 2006.

Direta, representativa, participativa

A Abong e suas associadas chegaram ao final de 2006 mobilizadas pela tarefa de ajudar a promover mudanças estruturais na vida política brasileira, de garantir e ampliar as formas de participação democrática da sociedade na condução do país.

Ao lado de movimentos sociais, redes e fóruns, a Abong participa da organização, em novembro, do seminário nacional que debaterá a plataforma sobre a reforma do sistema político, em Salvador, Bahia. O passo seguinte, ao entrar em 2007, é iniciar uma grande pressão sobre o novo Congresso Nacional e governo federal para que a reforma aconteça em sintonia com a vontade da sociedade.

Para o processo, foi lançada no segundo semestre de 2006 a cartilha “Reforma Política – Construindo a plataforma dos movimentos sociais para a Reforma do Sistema Política no Brasil”, que resultou das contribuições acumuladas nas mobilizações e que dá base para os processos de debates municipais, estaduais, regionais, que culminarão em no seminário nacional. A publicação difere das visões que foram debatidas no Congresso e na mídia até agora e que colocam ênfase quase exclusiva em uma reforma da legislação eleitoral e dos partidos. Reúne informações sobre a história do processo de reforma e propostas para ampliar as possibilidades democráticas. Apresenta propostas para fortalecer a democracia direta e participativa e aprimorar representativa, com mudanças no sistema eleitoral e nos partidos políticos. Democratizar a comunicação e garantir transparência do Poder Judiciário são propostas igualmente importantes.

Para a Abong, a Reforma Política deve democratizar a vida social, as relações entre homens e mulheres, crianças e adultos(as), jovens e idosos, na vida privada e na esfera pública, e as relações de poder no âmbito da sociedade civil. Em várias oportunidades, a Associação se manifestou publicamente sobre o alcance das mudanças necessárias. Enfatizou que não existe aprofundamento democrático e reforma no plano político sem uma verdadeira democracia e reforma no plano econômico e que uma verdadeira reforma deve subordinar a economia à política, fazendo com que a política econômica seja um instrumento de redistribuição de renda e de desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira.

A crise política e o posicionamento da Abong

Em 2005, a conjuntura nacional de crise política profunda acarretou conseqüências negativas e cobrou posicionamentos. A Abong, em conjunto com outras organizações e movimentos sociais, deu início a uma série de reuniões e debates em Brasília, que depois se articularam com os debates da Coordenação dos Movimentos Sociais, em São Paulo, contra os processos de corrupção e de desestabilização do governo.

A articulação dos posicionamentos desses dois grupos deu origem à Carta ao Povo Brasileiro, datada de 21 de junho de 2005, onde foi proposta uma agenda nacional com cinco pontos principais:

- Realizar mudanças na política econômica, priorizando as necessidades do povo e construir um novo modelo de desenvolvimento.
- Realizar uma ampla reforma política democrática.
- Fortalecer os espaços de participação social na administração pública

- Fortalecer as iniciativas locais em favor da cidadania, da participação e da educação popular.
- Enfrentar o monopólio dos meios de comunicação, garantindo sua democratização.

Em 11 de agosto, o Conselho Diretor da Abong emitiu Nota Pública sobre a crise política, reconhecendo que “um ciclo de mais de 20 anos de lutas dos movimentos sociais e de organizações da sociedade civil brasileira, em cujo horizonte se encontra(va) um projeto democrático de transformação social, voltado para a redução das desigualdades e para a justiça social, não encontrou a sua tradução adequada num projeto de governo”. E que a continuidade de políticas que aprofundam a riqueza e o poder – principalmente a econômica – “frustraram as esperanças de milhões de cidadãos e cidadãs, que apostaram num projeto político de mudança”.

A crise também provocou o bloqueio de agendas políticas específicas das ONGs no Congresso, a exemplo do debate sobre o Marco legal das ONGs, que deveria ter continuidade após o seminário de maio de 2005. Em editorial, a Abong lamentou que o governo tenha sido incapaz, nestes três anos, de fazer qualquer coisa de concreto que contribuísse para avanços institucionais em relação às ONGs, e que o novo ambiente político congressional - marcado por um deslocamento para a direita - não mais favorecesse a retomada da agenda institucional das ONGs.

A Abong empenhou-se em assegurar a sua autonomia ante ao Estado e aos partidos políticos e voltou a se manifestar no segundo turno das eleições presidenciais, cobrando a clareza dos projetos em disputa.

EIXO 5 – Desenvolvimento Institucional

Objetivos gerais:

- *Internalizar e ampliar o debate entre as associadas sobre os temas estruturantes do triênio;*
- *Implementar a política de comunicação da Abong e assegurar o gerenciamento da mesma;*
- *Fortalecer a estrutura da Abong e dos regionais dentro da visão de DI sistêmico e de campo;*
- *Promover o desenvolvimento institucional das ONGs;*
- *Garantir a sustentabilidade financeira da Abong.*

Para a Abong, desenvolvimento institucional é uma ação política, ou seja, a dimensão mais gerencial é desenvolvida dentro de uma dimensão ampla e reflexiva. Este enfoque possibilita articular o desenvolvimento de organizações específicas com o desenvolvimento do seu campo de atuação como um todo, ou no caso da Abong, com o desenvolvimento institucional da própria rede de ONGs associadas, que uma vez fortalecida impulsiona o fortalecimento de todo o seu campo político e de seus projetos de transformação social.

O funcionamento da Associação, sua estrutura nacional e nas regiões, o relacionamento entre os Regionais e as associadas, tudo se move e se desenvolve em função de escolhas e papéis políticos voltados à transformação social. Por isso as atividades de desenvolvimento institucional se integram e articulam aos outros campos de atuação da Abong.

A partir desta perspectiva, o desenvolvimento institucional da Abong cuida da construção e implementação da política de comunicação e de promover a interlocução das ONGs associadas entre si entre si e com a sociedade. Além disto foca, principalmente através do Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI), no fortalecimento da capacidade das ONGs de intervir e de controlar políticas públicas e também na sua capacidade de mobilizar, articular parcerias e de articular-se com a sociedade mobilizada.

Voz às ONGs

Comunicar-se é um direito humano. Exercitá-lo é fazer política. Estas percepções manifestadas em diferentes debates e importantes campanhas pela democratização da comunicação mostram o quanto mudaram as relações das pessoas com a informação, a imprensa, os meios de comunicação de massa, as tecnologias da informação.

Se antes a prioridade era o acesso à informação, a sociedade civil trouxe novas demandas – como a necessidade de produzir também sua própria informação e disputar seus próprios projetos políticos com as mesmas condições que os veículos do sistema privado.

A Abong esteve atenta a estas mudanças. Apoiou campanhas e iniciativas que defendem a comunicação como um direito humano e a Semana Nacional pela Democratização da Comunicação, anualmente em outubro. Posicionou-se a favor do controle social sobre os meios de comunicação de massa e da realização de amplos debates na sociedade antes da definição de um padrão para a TV Digital brasileira.

Comunicação política

Comunicar-se como forma de intervir politicamente foi um exercício constante da Abong no último triênio. Articulando o site institucional (www.abong.org.br) com informativos eletrônicos e cadernos impressos especiais, também com versões na internet, a Abong levou semanalmente suas posições e preocupações a 17 mil leitores(as) cadastrados(as).

O editorial “Nossa Opinião”, do boletim Informes Abong, constitui hoje um histórico de posições assumidas pela Abong ao longo do triênio. Jornalisticamente, são documentos críticos de um Brasil ora mobilizado por projetos e esperanças, ora preocupado com seus problemas estruturais, ora reagindo aos solavancos da conjuntura. Politicamente, mostram a relação das organizações não-governamentais brasileiras com esses momentos e o diálogo com a sociedade sobre o seu próprio papel.

Em várias ocasiões, o Nossa Opinião falou pela voz de Regionais ou associadas que estiveram na dianteira das lutas assumidas nacionalmente pela Abong. No Informes Abong, no site e publicações especiais a Abong divulgou suas posições, de suas associadas, redes, fóruns, articulações e movimentos sociais parceiros. Publicou matérias e notas públicas em momentos de crise nacional, estaduais e locais. Publicou entrevistas sobre temas complexos e de pouco conhecimento da sociedade em geral. Divulgou ações inéditas e constantes de suas associadas em favor da cidadania e da justiça social.

O site da Abong (www.abong.org.br) se consolidou como mídia eletrônica de referência para diversas organizações e pessoas. No final de 2003 registrava a média de mil acessos diários. No final de outubro de 2006, a média foi de 2.300 acessos diários. A estrutura e apresentação dos conteúdos do site foi modificada nesse período, para ganhar melhor visibilidade gráfica, agilizar o acesso e criar interatividade através da criação de área de Enquete, para lançar debates de temas conjunturais e de interesse sociais; A interatividade com as associadas se dá também por meio da atualização das informações do Banco de Projetos e Banco de Publicações.

Além disso, a assessoria de comunicação atendeu, em média, a 200 solicitações mensais, tanto de comunicadores(as) e jornalistas quanto de diversos outros públicos interessados no trabalho da Abong e em diversos assuntos relacionados às suas ações e campos de atuação.

Informes Abong

Em seu oitavo ano de existência, o boletim eletrônico Informes Abong chegou à edição 367 com 17 mil leitores(as) cadastrados(as). Chega às associadas e diversas organizações sem fins lucrativos,

instituições de pesquisa, parlamentares, órgãos públicos, universidades e pessoas físicas. É um número de leitores(as) que vem se ampliando a cada ano. Em 2003, eram cerca de 10 mil, passando a 12.500 em 2004 e a 14.856 em dezembro de 2005. O público leitor do Informe inclui também jornalistas e profissionais da comunicação de todo o Brasil. Em outubro de 2006, o Informe publicou sua 370ª edição, completando 123 edições no triênio.

O Informe divulgou ações de suas associadas e parcerias que, de forma direta ou indireta, promoveram intervenção na esfera pública. Também foi o veículo para a opinião da direção da Abong e as notas públicas da Associação, sobre questões nacionais, internacionais e regionais.

Algumas edições especiais foram publicadas no triênio, com a cobertura da 1ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, do V Fórum Social Mundial, da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e do II Fórum Social Brasileiro, em abril de 2006.

De olho em Brasília

No triênio 2003-2004, o boletim ampliou o número de temas abordados e deu continuidade à divulgação do trabalho e agenda do Executivo e do Legislativo, informações sobre as ações dos Conselhos, Secretarias Especiais, Fóruns, entre outras. Em 30 de outubro, De Olho em Brasília chegou à sua 280ª edição, 149 delas publicadas no último triênio.

Interface Coordination SUD

Abong e Coordination SUD possuem em seus sites uma interface comum para a página dedicada ao convênio entre as duas redes de ONGs (no Brasil e na França), onde estão discriminadas e detalhadas todas as ações, notícias, fichas de atividades, etc., realizadas no âmbito desta parceria.

Publicações especiais

- Democratizar a Democracia - A Abong em 2004: Em formato de revista e linguagem jornalística, traz as principais ações e atividades no ano de 2004.
- Democratizar a Democracia - A Abong em 2005: disponível no site da Abong em formato PDF, traz o relatório de ações e atividades de 2005
- ONGs no Brasil – Perfil das Associadas à Abong. Publicação impressa com dados sobre identidade, práticas sociais e recursos
- Ação das ONGs no Brasil - perguntas e respostas: Esta publicação, lançada no Seminário Marco Legal das ONGs em debate no Congresso Nacional, traz as principais perguntas e respostas sobre a ação das organizações não- governamentais no Brasil, tendo como base cinco grandes temas: ONGs: pluralidades e identidades; Campo político da Abong; Sustentabilidade e autonomia; Mecanismos institucionais de controle das ONGs; e A legislação atual e o Marco Legal que queremos.
- A Abong nas Conferências 2005 Criança e Adolescente - Assistência Social: publicação produzida para essas conferências.
- A Abong na 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídio para a participação na conferência

- A Abong na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial: subsídios para a participação na conferência
- Direitos Humanos de Todas e Todos (Abong e PAD). Em formato de revista, feita em conjunto com o Processo de Articulação e Diálogo (PAD), a publicação traz o resultado do Seminário do mesmo nome realizado durante o I FSB.

Cadernos Abong

- Cadernos Abong 32 - Maio de 2005 - A Abong na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial: Esta edição dos Cadernos Abong
- Cadernos Abong 33 - Junho de 2005 - Organizações Não-Governamentais: Um Debate Sobre a Identidade Política das Associadas à Abong

Jornal Abong

Para o Fórum Social Mundial 2005, a Abong dedicou uma edição especial do Jornal Abong. Com novo projeto gráfico, esta Edição Especial 2005, distribuída durante o Fórum, divulgou análises da participação da Abong em todo o processo, desde o I FSM, além de informações sobre suas atividades e das suas associadas no V FSM, em Porto Alegre.

Box - início

Aniversário e memória

Em 2006, a Abong comemora seus 15 anos. Nesse período, articulou e representou publicamente ONGs comprometidas de forma ampla com a luta pela radicalização da democracia, pela universalização dos direitos, pelo combate à pobreza e a todas as formas de discriminação e exclusão.

Outra marca das associadas nesse período foi a sua atuação articulada com movimentos sociais e a participação em redes e fóruns da sociedade civil, tanto em âmbito nacional quanto internacional, visando principalmente à proposição e ao controle social das políticas públicas.

Para fazer deste aniversário uma oportunidade especial de resgate e visibilidade de sua ação e das ONGs associadas, e propiciar reflexões críticas sobre essa ação, o PDI e a área de Comunicação desenvolveram o Projeto Memória – Abong 15 anos

O processo inclui levantamento e sistematização de documentação e publicação sobre a história da Abong nesse período. Com isto, pretende contribuir, também, para aumentar o diálogo com outros atores da sociedade civil sobre o projeto político das ONGs e para ampliar a base social de apoio da Associação, objetivos do “Plano de debate com a sociedade brasileira sobre a identidade das ONGs e o Marco Legal das organizações da sociedade civil” e do “Programa de Desenvolvimento Institucional”.

Fim do Box

Programa Desenvolvimento Institucional (PDI)

A identidade política das ONGs, sua capacidade de articular, mobilizar e intervir na sociedade, a visibilidade de sua ação e o reconhecimento de seu papel na interlocução social, são focos das or estratégias e práticas do Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Criado em 2001, a partir de um amplo debate sobre desenvolvimento institucional, no qual foram fundamentais as referências trazidas por espaços como o Processo de Articulação e Diálogo entre as Agências Ecumênicas Européias e as Entidades Parceiras no Brasil (PAD) e o International Fórum on Capacity Building (IFCB), o Programa foi avaliado em 2003. Com base nas recomendações da avaliação, uma segunda etapa do PDI, teve início em 2004. Um dos desafios mais complexos neste triênio foi implementar atividades específicas do Programa de forma integrada à dinâmica institucional. Neste sentido, foi marcante a interface e complementaridade com outros projetos específicos e atividades de outros eixos do plano trienal da Abong.

Aumentar a capacidade de comunicação social das ONGs e fortalecer a Abong como ator coletivo são dois objetivos-chave do PDI, interligados com a necessidade de ampliar sua base social de apoio, sua legitimidade e credibilidade junto à opinião pública e promover processos de mudança social.

O planejamento do Programa continuou acontecendo de maneira descentralizada neste triênio. Por meio de objetivos estabelecidos coletivamente, algumas atividades são de responsabilidade da coordenação nacional; outras, são executadas de forma integrada entre ela e os Regionais; e outras ainda são feitas de forma descentralizada, de acordo com as necessidades e agendas de cada região, mas sempre articuladas a visão sistêmica proposta pelo PDI.

Oficinas Nacionais

Desenvolvimento Institucional – Um desafio para as ONGs

Em março de 2004, a coordenação nacional do PDI e o Regional São Paulo realizaram uma oficina voltada a fortalecer o desenvolvimento institucional das associadas. Com o nome “Desenvolvimento Institucional – Um desafio para as ONGs”, a oficina abordou o enfoque sistêmico proposto pelo PDI da Abong, em que a dimensão mais gerencial da vida das ONGs se desenvolve dentro de uma dimensão política, com um direcionamento mais amplo e reflexivo. O programa deste encontro focalizou não só o desenvolvimento de organizações individuais, mas também os desafios do campo não-governamental como um todo. Isto foi debatido pelas organizações participantes por meio de atividades voltadas a ampliar a capacidade das associadas na formação de estratégias e ações próprias e de propostas conjuntas de desenvolvimento institucional. A sistematização desta oficina foi distribuída como referência para o conjunto de associadas, de forma a contribuir para ampliar e aprofundar este debate.

Comunicação Estratégica

A comunicação é uma ferramenta estratégica para divulgar ações institucionais e políticas e fortalecer a cidadania. Em maio de 2004, o debate da comunicação foi ampliado na rede de associadas da Abong. A atividade irradiadora foi a “Oficina de Comunicação e Treinamento de Mídia”, realizada em São Paulo, com o assessoramento do Instituto Patrícia Galvão. Dela participaram diretores(as) da Associação e de todos os Regionais. O objetivo foi responder à necessidade de formação para interagir com os meios de comunicação e melhorar a intervenção pública em diferentes campos sociais e políticos. A oficina ajudou a desmistificar a mídia a elaborar um modelo de planejamento estratégico para o setor de comunicação e com base em seu conteúdo alguns Regionais desenvolveram atividades locais.

Planejar, monitorar, avaliar

Acompanhar a vida da organização em seus projetos, iniciativas e resultados, socializar suas informações, organizar sua memória institucional. Estas tarefas são auxiliadas por práticas de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA), que podem ser desenvolvidas ou adequadas à realidade de cada organização.

Como atividade de formação e de troca de experiências sobre suas práticas nesse campo, o PDI promoveu, em junho e setembro de 2004, juntamente com o Regional Nordeste 3, a oficina “Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização.

Além de um diagnóstico global sobre o PMA, algumas experiências de planejamento das próprias entidades ajudaram a debater concepções, metodologias e técnicas existentes, e elaborar orientações político-metodológicas sobre os temas abordados. O resultado das oficinas foi sistematizado e será transformado em material de consulta para as associadas.

Captação de recursos

Numa perspectiva sistêmica de desenvolvimento institucional, a mobilização de recursos é ação contínua e sistemática, envolve recursos financeiros, humanos e materiais e tem como finalidade o desenvolvimento da ação social. A captação deve garantir a autonomia da ONG na realização de seu projeto político, e leva em conta, portanto, o contexto em que atua.

Visando a desenvolver esta perspectiva e a ampliar a sustentabilidade institucional das organizações associadas, o PDI realizou um processo de formação em captação de recursos com o Regional Sul. A atividade foi desenvolvida a partir de um diagnóstico inicial de como as organizações estavam lidando com a captação de recursos, seguida de três oficinas. A primeira oficina, em maio de 2004, em Curitiba, trabalhou sobre o diagnóstico e troca de experiências. A segunda, em novembro de 2004, em Florianópolis, debateu a comunicação como suporte para a captação de recursos. A terceira, em abril de 2005, em Porto Alegre, avaliou os planos construídos durante o processo e procurou aperfeiçoá-los, definindo formas de monitoramento e de avaliação crítica. As oficinas foram promovidas também com o objetivo de gerar subsídios para todas as associadas.

Racismo e Desenvolvimento Institucional

Para combater o racismo é necessário perceber sua forte incidência no cotidiano, nas instituições, na organização da sociedade e nas desigualdades que a caracterizam. Para estimular o debate sobre a promoção da igualdade racial dentro das organizações associadas, a Abong promoveu, em setembro de 2005, a Oficina Racismo e Desenvolvimento Institucional.

O Conselho Diretor da Abong se mobilizou para a atividade em São Paulo, e mais de 20 representantes de associadas do movimento negro e de mulheres negras e de organizações mistas participaram também da oficina. Foi um encontro de reflexão, percepção de conflitos e construção de conhecimento sobre conceito de racismo, racismo institucional e racismo no cotidiano.

Publicações

O Programa de Desenvolvimento Institucional também investe na publicação de materiais diversos, voltados a apoiar a formação em temas estruturais da Associação e subsidiar a ação das associadas em seus projetos políticos. As publicações do PDI também contribuem para o melhor conhecimento

do universo que constitui a Abong, a exemplo do Perfil de Associadas à Abong, fruto de pesquisa, consultas, análises e sistematização realizada pelo programa.

Regionais

Os temas do PMA, Mobilização de Recursos e Comunicação Estratégica, tratados pela Abong em atividade de alcance nacional ou voltadas a subsidiar o conjunto de associadas, foram revisitados nos três Regionais do Nordeste, Amazônia, Centro-Oeste, Sudeste e Sul em 2005, por meio de grupos de trabalho (GTs), oficinas e seminários. Além dessa amplificação e adequação dos temas a realidades locais, os Regionais desenvolveram atividades próprias de cunho político e formativo. Promoveram debates e articulações políticas regionais, e se fortaleceram, no triênio como importantes sujeitos políticos coletivos.

Ampliando a ação no Amazonas

O PDI contribuiu para a visibilidade política do Regional Amazônia e para a maior aproximação com os movimentos sociais, em atividades como o Fórum Social Pan-Amazônico e debates sobre desenvolvimento, sustentabilidade e participação política na região. Cerca de 150 pessoas de entidades e movimentos de todos os Estados da Amazônia participaram do Seminário Amazônia Sustentável e democrática : os desafios do desenvolvimento com garantia dos direitos humanos. Entre os dias 18 e 19 de janeiro de 2006, o Regional Amazonas realizou o Seminário "Identidade das ONGs na Amazônia: debatendo no campo da Abong", com o objetivo de construir bases políticas e de articulação com os movimentos sociais em defesa sustentabilidade do desenvolvimento regional.

Da formação à ação

O Regional Nordeste 1 da Abong realizou oficinas e seminários sobre Reforma Urbana, Igualdade Racial, Sustentabilidade, Mobilização de Recursos, Políticas Públicas de Comunicação, Comunicação Institucional, Direito Humano à Comunicação, Controle Social de Políticas Públicas, Participação Social/Democracia Participativa e Marco Legal. De um seminário promovido em 7 e 8 de julho de 2005, sobre "Políticas de Comunicação: Estratégias para o Controle Social", uma das propostas para democratizar a comunicação no Brasil foi a de realizar uma campanha sobre concessões públicas, para estimular a sociedade a se "apropriar" do controle social dos veículos, que deveriam ter mais conteúdo de interesse social.

Abong em braille

No Regional Nordeste 2, as oficinas de desenvolvimento institucional abordaram captação de recursos, o processo de PMA e uso político da comunicação. A formação resultou também na produção de diversos instrumentos de comunicação, como folder, calendário, revista e relatórios para as associadas, incluindo a primeira versão Braille de uma publicação da Abong: a revista Identidade na Ação, que constitui um balanço do regional na gestão anterior. O resultado é que os materiais da Abong começaram a ser citados como publicações de referência nos assuntos tratados.

Por uma nova cultura das águas

Um seminário, com 80 participantes, e uma videoconferência com representantes de dez entidades, focalizaram um dos temas que mais preocupou o Nordeste no triênio: o Projeto de Transposição do Rio São Francisco. A importância de consolidar o papel da sociedade nas decisões sobre um projeto de tamanho impacto social, econômico, ambiental, foi o que levou o Regional Nordeste 3 a apoiar diretamente a realização dessas iniciativas em 2004. Já por meio da parceria entre o Regional NE 3 e Fundação Konrad Adenauer, foi realizado em Fortaleza, em agosto de 2005, o seminário "Democracia, Ética e o Marco Legal das ONGs", tema também debatido em todos os Regionais.

Um Brasil Central Sustentável

Contribuir para um Centro-Oeste Sustentável, com projetos de desenvolvimento que articulem

reforma agrária e direitos humanos, água e agricultura familiar, foi a preocupação das 50 pessoas que participaram, em 2005, do Seminário sobre a “Situação e Perspectivas para o Desenvolvimento da Região Central do Brasil, promovido pelo Regional Centro Oeste, Instituto de Formação e Assessoria Sindical Rural Sebastião Rosa da Paz (Ifas) e PAD, em Goiânia (GO). Os grupos de trabalho discutiram a organização social na região e intervenção articulada dos movimentos sociais. A contribuição diferenciada da Abong nesse processo se desdobrou em tema para mais um seminário, sobre a identidade das ONGs, marco legal e o desafio de democratizar a democracia.

Voz contra a violência

Dar visibilidade às organizações, redes e movimentos sociais que atuam no combate à violência é uma das preocupações do Regional Sudeste, que foi uma das vozes da sociedade a reagir prontamente em casos brutais do Rio de Janeiro, como a Chacina na Baixada Fluminense, em 2005, ou nas ocupações de morros do Rio de Janeiro pelo Exército. Em 2005, o Regional Sudeste realizou uma oficina com suas associadas sobre a importância de se construir uma política de comunicação, tanto para posicionamentos em relação às ONGs quanto para disputa da opinião pública. Essa oficina, reproduzida pelo Regional, inspirou-se na realizada pela Abong em São Paulo no ano anterior.

Exercícios de parceria

O Regional São Paulo teve um triênio de experiências diversificadas em articulações com movimentos da sociedade civil, para pressionar por melhor gestão dos recursos públicos e controle do impacto das grandes obras (como o projeto viário Rodoanel). Com organizações de magistrados, travou a luta bem-sucedida pela criação da Defensoria Pública no Estado. Com movimentos de cultura, atuou pela criação do Fundo Estadual de Apoio à Cultura. Com organizações ambientalistas, discutiu a gestão do Fundo de Recursos Hídricos (Fehidro) e seu papel na gestão das Bacias Hidrográficas. Esses temas reforçam a preocupação do Regional com a Comunicação, que foi tema de uma importante oficina realizada com apoio do Instituto Patrícia Galvão.

Parcerias em agendas comuns

O Regional Sul foi importante interlocutor brasileiro no processo do Fórum Social Mundial em 2005, realizado em Porto Alegre. Atuou em iniciativas locais e na acolhida de organizações do país e internacionais que participam do FSM. Mas nos últimos três anos também sofreu o impacto de um retrocesso considerável da Região com relação às forças políticas que chegaram ao poder nos três Estados e de maiores dificuldades de interlocução com a cooperação internacional. Apesar das adversidades, o Regional realizou oficinas sobre captação de recursos, sobre Marco Legal, além do seminários sobre democracia e participação popular e comunicação. Estas atividades ajudaram a fortalecer o Regional Sul e a criar parcerias e agendas comuns em direitos humanos, meio-ambiente e economia solidária.

Atividades do Conselho Diretor da Abong

A última reunião do Conselho Diretor da Abong foi realizada em agosto de 2006, em Florianópolis, Santa Catarina, com apoio do Regional Sul e debate regional sobre o papel das ONGs, sua identidade e formas de sustentabilidade. O encontro do CD deu prosseguimento aos balanços do triênio, em processo na rede de associadas e nas diferentes instâncias da Abong e na preparação da Assembléia Geral das Associadas, prevista para novembro. O encontro na capital catarinense deu continuidade a opção feita pela Abong de escolher, sempre que possível, regiões diferentes para aproximar o Conselho Diretor dos Regionais e vice-versa.

Na primeira reunião do triênio, em dezembro de 2003, em São Paulo, o Conselho fez uma análise de conjuntura para embasar o planejamento estratégico e definir as diretrizes políticas para o triênio 2003-2006. Em abril de 2004, no Rio de Janeiro, o Conselho realizou um encontro com mais de 60

organizações de todo país para discutir os desafios e possibilidades do governo Lula de promover mudanças sociais efetivas. Em agosto de 2004, reuniu-se em Recife com associadas da região e organizações latino-americanas em um seminário que debateu o papel e identidade das ONGs e os limites de perspectivas dos governos democrático-populares da América Latina. Em novembro, a reunião em São Paulo visou a preparar a intervenção da Abong no I Fórum Social Nordestino e no V Fórum Social Mundial.

Em abril de 2005, o encontro do Conselho Diretor reuniu associadas do Regional Sudeste, no Rio de Janeiro, com o objetivo de aproximar as agendas nacional e regional, fortalecer os canais de comunicação entre a direção e o conjunto das associadas e construir novas formas de maior contato e integração. Houve intenso debate em torno de temas candentes no cotidiano do Rio de Janeiro, como a violência urbana, ou sobre questões gerais e transversais à pauta da Abong, como a desigualdade racial, de gênero e aspectos relativos à identidade e ao próprio sentido atual da atuação das ONGs.

Belém (PA) foi sede do encontro do Conselho em agosto de 2005. Na ocasião, foi feito um debate sobre a conjuntura política marcada pela crise do governo Lula. A atividade contou com a presença de diversas associadas e organizações parceiras do Regional Amazônia, ocasião em que o Conselho Diretor elaborou e divulgou a Nota Pública sobre a crise política Brasileira. O último encontro do Conselho em 2005 foi realizado em novembro, em São Paulo, quando se identificou a necessidade de pensar os grandes desafios para construção de um projeto democrático de transformação social e sua sustentabilidade e tiveram início os debates para preparação da Assembléia Geral da Abong.

Das preocupações identificadas na reunião de São Paulo nasceu a proposta para a reunião de Fortaleza, que ocorreu em março de 2006, fosse precedida do seminário nacional “A construção de um campo político de ONGs: sua sustentabilidade política e financeira” que reuniu os membros do Conselho Diretor da Abong e um conjunto de ONGs associadas de todas as regiões do país. A sistematização deste seminário foi um dos documentos de referência para os debates nos Regionais em preparação para a Assembléia Geral e o tema da sustentabilidade foi tratado novamente em agosto, Florianópolis, onde se avançou dos debates sobre a identidade política das ONGs no Brasil.

ONGs e empresas

As associadas da Abong, em sua atuação cotidiana, buscam alternativas e formulam propostas que se contrapõem ao processo de globalização capitalista, comandado pelas grandes corporações transnacionais e instituições internacionais. Deste ponto de vista, como analisar a responsabilidade social das empresas frente a uma globalização que nega direitos humanos, compromete a sustentabilidade ambiental, promove a concentração de renda e a dominação econômica pela acumulação financeira?

O interesse das Associadas em refletir e debater as contradições ou convergências possíveis entre estes sujeitos políticos tão diferentes nos processos de desenvolvimento e na promoção dos direitos humanos resultou na programação do seminário ONG e Empresas, nos dias 7 e 8 de novembro, em São Paulo. Aberto a participação de organizações e pessoas interessadas no tema, o seminário antecede a Assembléia Geral da Abong, que ocorrerá nos dias 9 e 10 de Novembro de 2005.

Bem-vindas !

As novas associadas da Abong no triênio iniciado em setembro de 2003 confirmam e reforçam o perfil político da Associação de intervir para mudanças estruturais da sociedade e de buscar mais igualdade e justiça social.

A chegada dessas parceiras representam uma ampliação significativa da Abong em número de associadas, principalmente nos Regionais Amazônia e

Nordeste 1, que tiveram crescimento de 30% e 17% respectivamente, de setembro de 2003 até Março de 2006.

As novas associadas da Abong no triênio

Durante as reuniões do Conselho Diretor da Abong, ocorridas em 2003, 2004, 2005 e 2006, foram aprovadas como associadas as seguintes ONGs:

Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA -TO) – Palmas (TO)
Associação Civil Anima – São Paulo (SP)
Associação Educacional Sons no Silêncio (Aesos) – Salvador (BA)
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) – Pedreiras (MA)
Associação para o Desenvolvimento Local Co-Produzido (Adelco) – Fortaleza (CE) –
Care Internacional Brasil – São Paulo (SP)

Centro de Apoio à Economia Popular Solidária (Caeps) – Passo Fundo (RS)
Centro de Apoio a Trabalhos e Iniciativas na Área de Criança e do Adolescente (Ceatica) - Mossoró (RN)
Centro Cultural-Educativo de Lazer, Informação, Trabalho e Ação Social (Celita) – Fortaleza (CE)
Centro de Cidadania UMBU-GANZÁ – Recife (PE)
Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cededica) – Santo Ângelo (RS)
Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (Cedeca – BA) – Salvador (BA)
Centro de Desenvolvimento Humano e Social (Dialogu) – Terezina (PI)
Centro de Direitos Humanos de Araguaína - Araguaína - Tocantins (TO)
Comunicação Interativa (Cipó) - Pituba - Salvador (BA)
Cunhã – Coletivo Feminista (Cunha) – João Pessoa (PB)
Escola Pernambucana de Circo – Recife (PE)
Fundação Irmã Elza Marquês (FEM) – Altamira (PA)
Grupo de Trabalho em Prevenção Positivo (GTP+) - Recife (PE)
Grupo Mulher Maravilha – Recife (PE)
Grupo Pela Vidua - Grupo pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids – (SP)
Instituto Marquês de Salamanca (IMDS) – Rio de Janeiro (RJ)
Instituto Palmares de Direitos Humanos (IPDH) – Rio de Janeiro (RJ)
Ligação e Organização (ELO) - Salvador (BA)
Loucas de Pedra Lilás - Recife (PE)
Imena - Bairro do Lagunho - Amapá (AP)
Instituto de Permacultura em Terras Secas (Ipêterras) - Irecê (BA)
Instituto Kairós - Ética e Atuação Responsável - São Paulo (SP)
Instituto Saber-Ser Amazônia Ribeirinha (Issar) - Itaiteua/Outeiro – Belém (PA)
Menina Feliz – Campina Grande – (PB)

CONSELHO DIRETOR 2003-2006

Em 3 e 4 de setembro, a Abong realizou a sua Assembléia Geral Ordinária, na qual foi eleito o seu novo Conselho Diretor para o triênio 2003-2006. A novidade está na nova estrutura institucional, com uma direção colegiada formada por quatro diretorias com atribuições específicas. Conheça as instâncias e os/as diretores(as) responsáveis por elas, bem como as ONGs associadas das quais

fazem parte:

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Geral

Jorge Eduardo Saavedra Durão (Fase Nacional, Rio de Janeiro/RJ)

Diretora de Desenvolvimento Institucional

Taciana Maria de Vasconcelos Gouveia (SOS Corpo, Recife/PE)

Diretor de Relações Institucionais

José Antonio Moroni (Inesc, Brasília/DF).

Diretor de Relações Internacionais

Sérgio Haddad (Ação Educativa, São Paulo/SP)

Suplentes:

Nalu Faria Silva (SOF, São Paulo/SP)

Guacira Oliveira (CFEMEA, Brasília/DF)

Regionais Abong

Regional Amazônia (AC,AM,MA,PA,RO,RR,TO)

Maura Rejane Lameira de Moraes
Associação Paraense de Apoio às Comunidades
Carentes - Apacc (Belém/PA)
Tel.: (91) 3229-2210.
Endereço eletrônico: abong@interconnect.com.br
O regional possui uma página eletrônica própria
www.tipitima.hpg.com.br, com informações além das
disponíveis no site da Abong.

Regional Centro-Oeste (DF,GO,MS,MT)

Mônica Nogueira (2003-2004)
Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN
(Brasília/DF).
Tel: (61) 3327-8085 Fax: (61) 3328-5933.
Endereço eletrônico: monica@ispn.org.br

Regional Nordeste I (AL,PB,PE)

Mônica Oliveira
Centro Nordestino de Animação Popular – Cenap (Recife/PE)

Telefax: (81) 3442-9769.
Endereço eletrônico: abong@cenap.org.br
Assistente: Leila Gouveia dos Santos
Assessora de Comunicação: Raquel Lafayette

Regional Nordeste II (BA,SE)

Damien Hazard
Vida Brasil (Salvador/BA)
Tel.: (71) 3322-3875 / 3321-4382.
Endereço eletrônico: abongne2@uol.com.br
Secretária Executiva: Márcia Dias
Assistente: Jean-David Rochat

Regional Nordeste III (CE,PI,RN)

Lia Freitas Cavalcante (Cedeca Ceará, Fortaleza/CE)
Oscar Arruda d'Alva
Instituto Sertão - Pelo Desenvolvimento Humano e
Meio Ambiente (Fortaleza/CE)
Narcizo Chagas
Centro de Desenvolvimento Humano e Social
(Dialogu, Terezina/PI)
Tel.: (85) 3253-2422.
Endereço eletrônico: abong.ne3@terra.com.br
Assistente: Maryellen Silva de Mesquita

Regional São Paulo (SP)

Antonio Eleilson Leite
Ação Educativa
Tel/fax: (11) 3151-2333 ramal 149.
Endereço eletrônico: abongsp@uol.com.br
Assistente: Janaína Aparecida Santana

Regional Sudeste (ES,MG,RJ)

Tatiana Dahmer/ Fase Nacional - Federação de Órgãos para Assistência Social e
Educativa (Fase/RJ)
Tel.: (21) 2536-7350 - Fax: (21) 2536-7379.
Endereço Eletrônico: tdahmer@fase.org.br
Endereço eletrônico: abongsudeste@cedacnet.org.br
Assistente: Glaucia Hauptman

Regional Sul (PR,RS,SC)

Francisco de Assis da Silva
Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e
Assessoria - Ceca (São Leopoldo/RS)
Tel.: (51) 3568.2548.
Endereço eletrônico: abongsul@terra.com.br
O regional possui uma página eletrônica própria
www.forumsulabong.org.br, com informações além das
disponíveis no site da Abong.

Apoiadores(as)

Em 2003-2006, a Abong contou com o apoio das seguintes agências internacionais:

Fundação Ford, Icco, EED, Kellogg e Oxfam.

Expediente Abong

Equipe Abong

Assistente de Diretoria
Helda Oliveira Abumanssur e Marcos José Pereira da Silva

Administrativo

Denize Cardoso Pereira
Jana d'Ávila
Kelly Cristina Vieira dos Santos
Tereza Heloína Silva Santos Teixeira
Wanderley A. T. Figliolo

Comunicação

Cirto Lino dos Santos
Denise Gomide
Neusa Dias

Desenvolvimento Institucional

Helda Oliveira Abumanssur
Jérôme Perret

Coordenador Escritório Brasília

Alexandre Ciconello e Lisandra Arantes Carvalho

Assistente do programa de convênio Abong-Coordination SUD

Maureen Santos

Assistente Direção de Relações Internacionais

Carolina Gil

Participaram desta publicação:

Coordenação editorial

Denise Gomide e Helda Oliveira Abumanssur

Editora Responsável:

Rita Freire

Colaboração

Ana Cláudia Teixeira
Carolina Gil
Jorge Eduardo Saavedra Durão
José Antônio Moroni
Maureen Santos
Neusa Dias
Sérgio Haddad
Taciana Gouveia

Diagramação e impressão
Maxprint Editora e Gráfica Ltda

Abong Nacional
Rua General Jardim, 660 - 7º andar - Vila Buarque
01223-010 São Paulo - SP
Tel./Fax: (11) 3237-2122
E.mail: abong@uol.com.br
Site: www.abong.org.br
Escritório Brasília
SCS - Qd.08 - Bloco B-50 - Sala 417
Edifício Venâncio 2000
70333-970 Brasília - DF
Tel.(61) 3226-9126
E.mail: abongbrasil@uol.com.br